



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR JOÃO BENEDITO DA SILVA**

**ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CRIMINAL nº 0027808-38.2016.815.2002**

**RELATOR:** Des. João Benedito da Silva

**ORIGEM:** 2ª Vara da Criminal da Capital

**APELANTE:** Manoel Messias Gomes da Silva

**DEFENSOR:** Cardineuza de Oliveira Xavier e Roberto Sávio de C. Soares

**APELADA:** Justiça Pública Estadual

**APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO PELO USO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS DA PARTICIPAÇÃO DO ACUSADO NO CENÁRIO DELITIVO. PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO REO*. APELO PROVIDO.**

Pacífico é o entendimento que, em crimes contra o patrimônio, as palavras da vítima recebe fundamental importância para a configuração da autoria e materialidade delitiva, desde que corroborada com outros meios de provas.

Persistindo a dúvida, mínima que seja, impõe-se a absolvição, pois a inocência é presumida até que se demonstre o contrário. Dessa forma, é suficiente a ausência de provas capazes de firmar a certeza do julgador para que se decrete a absolvição dos envolvidos.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos acima identificados:

A C O R D A a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, em **DAR PROVIMENTO AO APELO PARA ABSOLVER O RÉU, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, EM DESARMONIA COM O PARECER MINISTERIAL.**

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de uma **Apelação Criminal** (fls. 140/141) interposta, tempestivamente, por **Manoel Messias Gomes da Silva** contra sentença (fl. 133/138) proferida pelo **Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital**, que o condenou às sanções penais constantes no **art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal**, a uma pena de **06 (seis) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, em regime semiaberto**, ao reconhecer que o acusado subtraiu para si, mediante grave ameaça, coisa alheia móvel pertencente a pessoa de **Silvânia de Faria Andrade**.

Em suas **razões recursais** (fls. 150/159), o apelante requer sua absolvição. Subsidiariamente, pugna pela reforma da pena, aplicando-se a fração de 3/8 (três oitavos) quando do aumento da pena-base em razão das majorantes.

Ao oferecer as **contrarrazões** (fls. 162/163v), o Ministério Público *a quo*, opinou pelo desprovimento do apelo, mantendo-se, *in totum*, a respeitável sentença ora vergastada.

A Procuradoria de Justiça, por intermédio de sua Procuradora, **Dra. Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo**, exarou **parecer** (fls. 165/170) opinando pelo desprovimento do recurso.

**É o relatório.**

### **VOTO**

Narra a exordial acusatória (fls. 02/03) que, no dia 30 de maio de 2016, por volta das 20h10m, a vítima Silvânia de Faria Andrade se encontrava próxima ao Hotel Blue, na Av. Cabo Branco, nesta capital, quando foi abordada pelo denunciado e mais um comparsa não identificado, os quais estavam em uma motocicleta e, de arma em punho, anunciaram o assalto, subtraindo da referida vítima o seu aparelho celular Motorola Moto G, após o que, empreenderam fuga.

Historiam os autos que o marido da vítima, Sr. Wagner Lima Rosa, presenciou o assalto e acionou a polícia militar, relatando à guarnição policial as características dos assaltantes – um vestia camisa preta e boné escuro e o outro um capacete de cor escura –, oportunidade em que, empreendida as diligências, encontraram o denunciado, o qual preenchia as características informadas, na companhia de Severino do Ramo Ferreira da Costa e mais um indivíduo. Realizada busca pessoal, nada foi encontrado.

Ato contínuo, a vítima foi ao encontro da guarnição policial na Estátua de Iemanjá e reconheceu apenas o acusado como um dos assaltantes.

Por tais razões, fora denunciado como incurso no art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal.

Concluída a instrução criminal, foi proferida sentença para condenar o acusado a uma pena de **06 (seis) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, em regime semiaberto**, sendo incurso nas sanções penais impostas nos art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal

Inconformado, o acusado interpôs recurso de apelação e, em suas **razões** (fls. 150/159), requereu a absolvição. Subsidiariamente, pleiteou a reforma da pena, para que fosse aplicada a fração de 3/8 (três oitavos) quando do aumento da pena-base em razão das majorantes.

**Pois bem.**

O condutor e primeira testemunha **Normando Barbosa Júnior**, policial militar, na delegacia (fl. 05) afirmou:

“que por volta as 20h30m, da presente data, durante rondas e abordagens na Av. Cabo Branco, Cabo Branco, João Pessoa – PB, **foi visualizado um cidadão que abordou a viatura e informou que tinha sido roubado por indivíduos (estes portando arma de fogo) que estavam com camisa preta e boné escuro e outro estava de capacete de cor escura**; que, após as diligências, foi localizado três indivíduos em atitude suspeita, nas proximidades da

---

Estatua de Iemanjá, onde foram realizadas buscas pessoais e não foi encontrada nada de anormal; **que a vítima, policial militar do Distrito Federal, foi chamado até o local onde identificou e reconheceu o acusado como sendo autor do roubo**; que, diante da situação, foi dado voz de prisão ao acusado (MANOEL MESSIAS GOMES DA SILVA), sendo este apresentado a autoridade policial". (grifei).

Em juízo (mídia digital de fl. 84), relatou que a vítima repassou a informação de que teria sido assaltada por dois elementos armados em uma motocicleta, cuja luz traseira estava apagada, além de ter repassado as características das roupas e do capacete que eles utilizavam.

Acrescentou que, realizada as diligências, cerca de vinte minutos depois de serem acionados, encontrou o acusado na estátua de Iemanjá, este que, na ocasião, usava as vestimentas descritas pela vítima e encontrava-se próximo a uma motocicleta preta com a luz traseira apagada, conforme descrição repassada.

Informou que realizaram revista pessoal e nos arredores, todavia, não encontraram o produto do roubo e nem a arma de fogo.

Por fim, disse que, ainda no local onde encontrou o acusado, pediu para que levassem a vítima a fim de que efetuasse o reconhecimento, nesse momento, perguntou-a, por três vezes, se reconhecia o acusado como o autor do delito, ao que respondeu enfaticamente que sim.

Por sua vez, a testemunha ocular e esposo da vítima, **Wagner Lima Rosa**, em suas declarações primeiras (fl. 06), relatou:

"que por volta das 20h10m, da presente data, estava próximo ao Hotel BLUE, na Av. Cano Branco, Cabo Branco, João Pessoa/PB, quando **sua esposa (SILVÂNIA DE FARIA ANDRADE) foi abordada e assaltada por dois indivíduos, estes portando arma de fogo e em uma motocicleta, sendo subtraído 01 (um) celular Motorola Moto G**; que, após ver sua esposa sendo assaltada, o depoente acionou a polícia e repassou as características dos indivíduos, onde **estavam com camisa preta e boné escuro e o outro estava de capacete de cor escura**; que, após algum

---

tempo, a polícia manteve contato com a vítima, onde informou que indivíduos com as mesmas características tinham sido localizados nas proximidades da Estatua de Iemanjá; **que o depoente e a vítima se deslocaram para o local, onde identificaram e reconheceram MANOEL MESSIAS GOMES DA SILVA como sendo um dos autores do roubo**". (grifei)

Perante a autoridade judicial (mídia digital de fl. 86), confirmou na íntegra o depoimento narrado em esfera policial, afirmando que dois homens em uma motocicleta abordaram sua esposa, onde o que estava armado pediu-lhe o celular, logo após tê-lo em sua posse, empreendeu fuga.

Ainda, acrescentou que a motocicleta utilizada no assalto estava com uma das luzes queimada, em igual condição estava a motocicleta que encontrava-se próximo ao local onde o acusado fora encontrado.

Ato contínuo, a vítima **Silvânia de Faria Andrade**, disse (fl. 07):

"que por volta das 20h10m, da presente data, estava próximo ao Hotel BLUE, na Av. Cano Branco, Cabo Branco, João Pessoa/PB, **quando foi abordada e assaltada por dois indivíduos, estes portando arma de fogo e em uma motocicleta, sendo subtraído 01 (um) celular Motorola Moto G; que seu esposo (WAGNER LIMA ROSA) visualizou toda ação e após o assalto acionou a polícia militar e repassou as características dos indivíduos, onde estavam com camisa preta e boné escuro e o outro estava de capacete de cor escura**; que, após algum tempo, a polícia manteve contato com a vítima, onde informou que indivíduos com as mesmas características tinham sido localizados nas proximidades da Estatua de Iemanjá; **que a vítima e seu esposo se deslocaram para o local, onde identificaram e reconheceram MANOEL MESSIAS GOMES DA SILVA como sendo um dos autores do roubo**". (grifei).

Diante da autoridade judicial (mídia digital de fl. 86), confirmou o depoimento anteriormente narrado.

Relatou, também, que a abordagem foi realizada pelo homem que estava na garupa da motocicleta, sendo ele quem estava armado, de blusa

escura e boné, razão pela qual conseguiu identificá-lo, sendo ele o acusado em questão. Ademais, relatou que a pessoa que estava conduzindo a motocicleta estava de capacete, não existindo possibilidade de reconhecimento.

Por fim, disse que fez o reconhecimento formal do acusado na delegacia e ele fora preso ainda com a roupa que a assaltou, isto é, uma camisa preta.

**Severino do Ramo Ferreira da Costa**, sobrinho do acusado que presenciou a prisão e o reconhecimento, na polícia (fl. 09), informou:

“que, no final da tarde de hoje, o declarante e seu tio MANOEL MESSIAS GOMES DA SILVA saíram de sua residência, no Bairro dos Bancários, onde moram, e foram caminhando até a Praia do **Cabo Branco, onde chegaram na Praça de Iemanjá; que na praça de Iemanjá ficaram conversando, minutos depois chegou ao local uma guarnição da polícia militar e abordou o declarante e seu tio, afirmando que os dois tinham as mesmas características de indivíduos que tinham praticado um assalto minutos antes; que mesmo afirmando para os policiais que não havia praticado nenhum crime, os militares se comunicaram com um cidadão que foi até o local acompanhado de uma mulher, que se diziam vítimas de assalto, tendo o casal reconhecido o tio do declarante como um dos assaltantes. [...]**” (grifei).

Em juízo (mídia digital de fl. 84), relatou que os fatos se deram por volta das 20h, quando ele e seu tio estavam na Estátua de Iemanjá e chegou a polícia com um casal acusando-os de os terem roubado.

Ato contínuo informou que o **seu tio fora reconhecido pela mulher e posteriormente pelo homem**, no entanto, acredita que eles não sabiam que tinha sido o autor do delito, uma vez que ficavam jogando a acusação entre as pessoas que se encontravam na ocasião. Ainda, disse que o local onde fora realizado o reconhecimento era escuro.

Relatou que, assim como seu tio, não sabe pilotar motocicleta e que tinham ido à praia caminhando.

Indagado sobre as vestimentas que seu tio usava no dia da apreensão, informou que ele **estava usando uma blusa preta e uma bermuda listrada, mas não usava boné.**

**Por fim, enfaticamente relatou que nunca foram presos anteriormente e que nada de ilegal foi apreendido com ele e seu tio.**

O acusado, **Manoel Messias Gomes da Silva**, em interrogatório policial (fl. 08), afirmou ser inocente, ao dizer:

**“que é inocente e não praticou roubo algum,** apenas foi confundido com outra pessoa pelo fato de está com os mesmos trajes do suspeito; que saiu do bairro dos Bancários até a orla de Cabo Branco – estátua de Iemanjá, para fumar cigarro com os colegas.” (grifei).

Em seu interrogatório judicial (mídia digital de fl. 84), permaneceu **com a versão de que não praticou o roubo**, quando disse que foi andando, em companhia de seu sobrinho Severino, do bairro dos bancários até a estátua de Iemanjá em Cabo Branco, quando 20 minutos após terem chegado, apareceram policiais informando que eles haviam sido indicados como autores de um roubo de celular.

Relatou que, posteriormente, chegou um casal e **eles imputaram a autoria do crime para ele, seu sobrinho e para um rapaz que estava no local, sem saber a quem, ao certo, apontar como autor.** Assim, a polícia prendeu os três, vindo a liberar seu sobrinho na delegacia e ficando retido.

Por fim, informou que **no dia estava utilizando uma bermuda floral e uma camisa preta, mas não estava usando boné.**

Diante do exposto, em primeiro momento, ressalta-se que a **materialidade delitiva** restou devidamente comprovada através dos depoimentos das vítimas em esfera policial e judicial.

---

Quanto à **autoria**, entretanto, não encontra-se demonstrada, no conjunto probatório, incólume de dúvidas, em especial, ante a ausência de acervo probatório suficiente capaz de mostrar a participação do acusado no delito em comento.

Como se vê, do exposto, extrai-se que a única fonte de prova da autoria delitiva consiste nos relatos fornecidos pelas vítimas, as quais, perante os policiais militares e autoridade policial, reconheceram o acusado como o autor do roubo narrado na denúncia.

Todavia, no momento da apreensão do acusado, em seu poder nada foi encontrado, isto é, não foi encontrado o produto do roubo e nem a arma de fogo utilizada para a prática do crime.

Os relatos acostados aos autos demonstram que, próximo ao local em que estava Manoel Messias, ora apelante, existia uma motocicleta que apresentava a luz traseira apagada, conforme a descrição repassada aos policiais, entretanto, essa motocicleta não fora apreendida.

Insta salientar também que, o policial militar Normando Barbosa Júnior, em seu depoimento perante a autoridade judicial (mídia digital de fl. 84), assegurou que entre o acionamento da guarnição e a apreensão do acusado transcorreu cerca de 20 minutos. Isto é, pouco tempo para livrar-se da *res furtiva* e do revólver empregado na empreitada criminosa, uma vez que, realizada a vistoria nos arredores e no próprio acusado, nada fora encontrado.

É certo que as palavras dos ofendidos, em crimes patrimoniais, assumem especial relevo dadas as circunstâncias em que são geralmente praticados, haja vista que os agentes, em geral, aproveitam-se de locais ermos e momentos em que a vítima se encontre longe do alcance de testemunhas para praticar os atos delituosos. No entanto, é imperioso ressaltar que, para que seja dada especial relevância a palavra da vítima, esta deverá ser corroborada por outros meios de prova, o que, *in casu*, não ocorreu.



Assim, a fragilidade probatória no tocante a autoria, aliada à versão negativa de autoria apresentada pelo acusado, está a desautorizar um decreto condenatório.

Imperioso reconhecer, portanto, que o conjunto probatório colhido no presente feito não tem o condão de atribuir ao ora apelado, com o nível de segurança que um édito condenatório exige, a autoria delitiva no crime narrado na inicial acusatória.

Em doutrina, é firme o entendimento no sentido de que a condenação na esfera penal somente é possível diante de um juízo de certeza. Para Heleno Cláudio Fragoso:

[...] nenhuma pena pode ser aplicada sem a mais completa certeza da falta. A pena, disciplinar ou criminal, atinge a dignidade, a honra e a estima da pessoa, ferindo-a gravemente no plano moral, além de representar a perda de bens ou interesses materiais. (*In Jurisprudência Criminal*, 3ª ed., 2º vol. p. 807).

Luigi Ferrajoli também discorre sobre o tema, *in verbis*:

(...) Se a jurisdição é a atividade necessária para obter a prova de que um sujeito cometeu um crime, desde que tal prova não tenha sido encontrada mediante um juízo regular, nenhum delito pode ser considerado cometido e nenhum sujeito pode ser reputado culpado nem submetido a pena. Sendo assim, o princípio de submissão à jurisdição – exigindo, em sentido lato, que não haja culpa sem juízo (axioma A7), e, em sentido estrito, que não haja juízo sem que a acusação se sujeite à prova e à refutação (Tese T63) – postula a presunção de inocência do imputado até prova contrária decretada pela sentença definitiva de condenação. Trata-se, como afirmou Luigi Lucchini, de um corolário lógico do fim racional consignado ao processo e também a “primeira e fundamental garantia que o procedimento assegura ao cidadão: presunção juris, como sói dizer-se, isto é, até prova contrária. A culpa, e não a inocência, deve ser demonstrada, e é a prova da culpa – ao invés da de inocência, presumida desde o início – que forma o objeto do juízo.(...) [FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal*. São Paulo, RT, 2002, p. 441.]

De mais a mais, é válido lembrarmos que no processo criminal vigora o princípio segundo o qual, para alicerçar um decreto condenatório, a

prova deve ser clara, positiva e indiscutível, não bastando à alta probabilidade acerca do delito e de sua autoria.

Aliás, é de sabença comezinha que “uma condenação criminal, com todos os seus gravames e consequências, só pode ser considerada com apoio em prova cabal e estreme de dúvidas, sendo que as presunções e indícios, isoladamente considerados, não se constituem em prova dotada dessas qualidades, de modo a serem insuficientes para amparar a procedência da denúncia” (RJTACrim-SP 17/149).

Sem maiores delongas, conclui-se que os indícios reunidos nos autos são anêmicos, não ofertando segurança necessária à condenação de uma pessoa, e, portanto, nada resta a não ser **absolver o acusado** em consonância com o princípio constitucional da presunção de inocência e com o *in dubio pro reo*.

Forte em tais razões, **DOU PROVIMENTO** ao apelo para **ABSOLVER** o réu, nos termos do art. 386, inciso V do Código de Processo Penal.

**É como voto.**

Presidiu o julgamento, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho Presidente da Câmara Criminal, dele participando os Excelentíssimos Senhores Desembargadores João Benedito da Silva, relator, e Márcio Murilo da Cunha Ramos. Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça.

Sala de sessões da Câmara Criminal “Des Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho” do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, aos 07 (sete) dias do mês de agosto de 2018.

**Des. João Benedito da Silva**  
RELATOR

